



## PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 02/2021

Carta Convite n.º 01/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA E ORIENTAÇÃO TÉCNICA PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

Encaminhado ao setor jurídico a solicitação de emissão de Parecer Técnico em relação à licitação acima identificada, nos termos do parágrafo único, do artigo 38 da Lei 8666/93, o qual transcreve-se:

“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”.

O procedimento de licitação foi instaurado a pedido da Secretária Municipal de Administração Senhora Regina Maria de Castro Martins, com a justificativa de que há necessidade de reestruturação e regulamentação fundiária no município de Porto Esperidião e se faz necessário a elaboração de projeto, visando levantamento dos imóveis para que seja executado o REURB, aprovado pela Lei nº 862/2020, que visa a titulação de proprietários de direito.

Cabe ao gestor especificar adequadamente o objeto que está sendo licitado, nos termos do artigo 40, I da Lei de Licitações. A Lei nº 8.666/93, em seu art. 14, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada. A conjugação dos Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, que, juntos, dispõe da mesma forma, ou seja, que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara.

No caso em tela, ao que se depreende do Anexo I, Termo de Referência, o objeto é o levantamento das áreas públicas privadas permissíveis de



regularização fundiária, pesquisa cartorial da situação das glebas de cada núcleo urbano informal, análise dos documentos e diagnósticos fundiários das áreas a serem regularizadas e identificação das medidas a serem tomadas e custos processuais correspondentes.

O Edital (Anexo I) apresenta os itens, percentuais e valores que estão sendo contratados.

Os orçamentos foram anexados, servindo como parâmetros de preços dos serviços. A técnica Weimar Quirino Jorge elaborou o Term de Regerência contendo a descrição dos serviços e percentuais de valores.

O Departamento de contabilidade forneceu as dotações orçamentárias para o pagamento dos serviços.

Não cabe ao parecerista tratar do mérito e preço da contratação no entanto, vale mencionar que as contratações que demandam recursos públicos devem estar em consonância com o disposto no artigo 3.º "caput" da Lei de licitações.

Salienta-se, por oportuno, que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

No caso, em se tratando de Carta Convite, vale mencionar que a respeito da publicidade do instrumento convocatório, deve-se atentar para a publicação do edital, a fim de ampliar a concorrência além dos convidados, haja vista que três é um número mínimo, o que não impede que a Administração admita uma quantidade maior de convidados.

O convite é a modalidade de licitação prevista no artigo 22, III, da Lei n.º 8666/93, utilizada para contratações de menor vulto, se destina a interessados que pertençam a ramo de atividade pertinente ao objeto a ser licitado.





# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

O processo está devidamente instruído com os documentos e procedimentos relativos à fase interna, constando ainda, por último, a minuta do edital, e o respectivo contrato administrativo minutado que são os principais itens de análise e aprovação neste parecer.

O art. 40 do supracitado diploma legal indica as cláusulas obrigatórias que devem conter no edital. Do mesmo modo, o Art. 55 estabelece as cláusulas que obrigatoriamente devem constar nos contratos administrativos.

Examinando a minuta do Edital em tela e seus anexos, verifica-se que ele atende ao disposto no art. 40 da referida Lei, bem como a outros dispositivos legais correlatos.

A minuta do contrato administrativo também reflete todas as cláusulas obrigatórias previstas no art. 55, da Lei de Licitações, como também reflete outras condições estabelecidas no edital, especialmente no que concerne ao objeto e sua execução. Devendo, no entanto, especificar que se trata de filmagens de até 45min, ao preço de unitário que será definido na licitação.

Deste modo, e estando a minuta do Edital e o contrato em conformidade com as disposições da Lei de Licitação e Contratos Administrativos, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Porto Esperidião-MT, 20 de janeiro de 2021.

  
José de Barros Neto, Advogado - OAB-MT 9841-D

Portaria 58/2012

VISTO  
Nº 17